

2º PAINEL

AS DIFERENÇAS DO CASO BRASILEIRO

Apesar da crise, País tem estrutura melhor. Veja as explicações de José Serra.

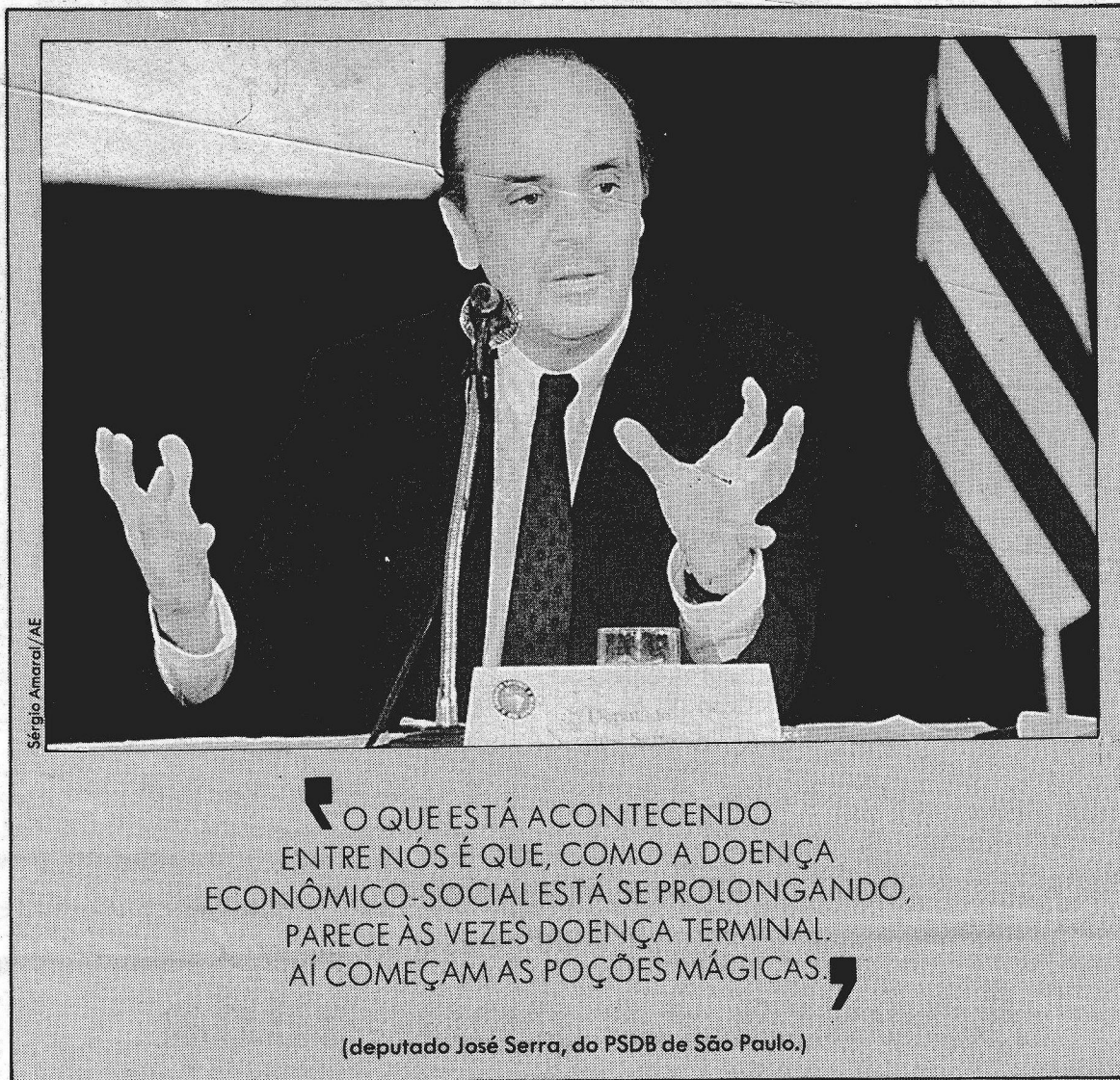
A análise do caso brasileiro, no contexto latino-americano, ressalta dois aspectos divergentes. O primeiro se refere à superioridade estrutural e à superioridade do desempenho histórico de sua economia. Apesar das vicissitudes dos anos 80, o País ainda tem o parque industrial mais integrado, a pauta de exportações mais diversificada e um potencial agrícola imenso.

No entanto, e este é o segundo aspecto, a economia brasileira é neste momento, junto com a peruana, a mais atrasada na estabilização e na recuperação das condições de crescimento. Isto é uma ironia num País que tinha um sistema fiscal, e um sistema financeiro muito mais organizado que no restante da América Latina. A Argentina, apenas no ano passado, criou o Imposto de Valor Adicionado, sob pressão do FMI. No Brasil, isto foi criado em meados dos anos 60, o ICM. Mesmo o México só organizou o seu sistema tributário praticamente a partir do final dos anos 80.

O Brasil, certamente, é o País mais atrasado em matéria de recuperação das condições de crescimento, que passam, essencialmente, pela estabilidade. Falar em crescimento com inflação de 20% ao mês é utopia. A responsabilidade - se a economia não cresce numa conjuntura desta - não é de alguma política recessiva ou não-recessiva, é de uma inflação de 20%. Uma inflação de 5% ao mês, por exemplo, no Brasil, já seria incompatível com a retomada do crescimento econômico, do emprego, as receitas públicas, o gasto social, etc.

O que ressalta nos países analisados neste seminário é uma grande coordenação dos diversos instrumentos da política de estabilização. No caso mexicano, essa coordenação se baseou numa política fiscal bastante dura, com corte de gastos públicos muito acentuado. No Brasil nunca tivemos essa coordenação. O congelamento é uma forma de política de preços e salários, como a prefixação mexicana também foi, mas não foi acompanhado de uma política de austeridade fiscal, e o resultado foi aquele que conhecemos.

Essa coordenação tem existido também no caso argentino, a chamada "dolarização". É basicamente uma política de coordenação de preços e salários, uma política de semi-congelamento de preços, porque está baseada na fixação da taxa de câmbio. A indexação salarial foi proibida. O Ministério da Economia fica em cima das empresas que fazem aumentos de preços muito fortes e promove acordos setoriais, que



tiveram razoável efetividade.

Outro exemplo bom para o Brasil é a privatização mexicana, muito bem feita inclusive do ponto de vista de marketing. Do ponto de vista político foram escolhidos os casos mais fáceis, as empresas mas óbvias. Este programa de privatização foi ligado a um programa da área social de investimentos sociais, ou seja, o presidente vai a um lugar e diz:

“Estou fazendo investimentos em saneamento com o dinheiro de uma empresa estatal ineficiente que nós subsidiávamos”. Isso traz apoio político e não necessariamente aumento de gastos. Mas o processo foi muito bem planejado e inclusive aguardando, no caso de algumas empresas, a recuperação da economia, o que valoriza os ativos. A Telmex, apesar de obsoleta, foi ven-

dida por US\$ 7 ou 8 bilhões em dinheiro. Eu estou convencido que a Telebrás, por exemplo, em boas condições, vale pelo menos US\$ 30 bilhões.

Um terceiro aspecto que eu acho interessante levar em conta é a experiência política chilena — eu me refiro à experiência recente. Hoje democratas-cristãos e socialistas estão governando juntos, com um compromisso es-

sencial que é preservar o equilíbrio macroeconômico herdado do regime militar. Claro que a estrutura social chilena é diferente — é um país muito organizado e estruturado —, mas de toda maneira é admirável o que se conseguiu no Chile em matéria de acordos de preços e salários, e para a reforma tributária.

Com relação aos mitos a respeito desses países, eu queria tocar em alguns. O primeiro é a respeito da privatização da Previdência chilena, que vira e mexe é citada como exemplo. Se nós resolvermos montar um sistema previdenciário, ele vai ser altamente superavitário nos primeiros anos — todo sistema de seguro mútuo tem essa característica. Eu sou a favor da privatização, mas sem ilusões: ela não tem efeito do ponto de vista fiscal num prazo de 10 a 15 anos, até porque a Previdência brasileira carrega muito mais gente que a do Chile.

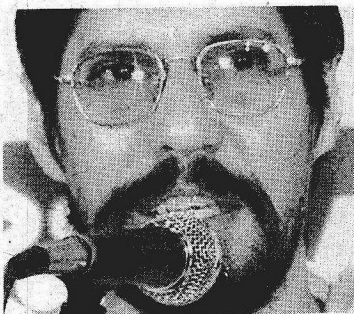
Eu acredito que é também importante ter presentes as diferenças entre o Brasil e os outros países do ponto de vista do médio e longo prazo. O Chile tinha nos anos 60 um coeficiente de importações de 10% (o coeficiente de importações é o que um país importa como proporção do PIB). Eu acho que a coisa mais acertada que ocorreu na fase militar foi a abertura da economia chilena, cujo coeficiente de importações passou a 33% do PIB. O modelo mexicano é o da associação com os Estados Unidos. Visa a transformar o México numa plataforma de investimentos, porque a garantia de acesso ao mercado norte-americano é que pode transformar o país numa plataforma de grandes investimentos internacionais. A Argentina decidiu renunciar à industrialização. Não viveu a industrialização de fato que outras regiões da América Latina ou do mundo subdesenvolvido viveram. A Argentina tem hoje um papel claro, que é voltar aos padrões de uma economia primária, exportadora e de serviços.

O caso brasileiro é diferente, porque nós chegamos a uma indústria mais avançada do que esses outros países. A indústria brasileira, por mais que a gente critique, desenvolveu-se bastante, resistiu à devastação dos anos 80. Nós temos que definir um caminho. Não é incompatível uma política industrial com o afrouxamento do protecionismo. Investimento vem com estabilidade de preços, que é o fator fundamental que afugenta investimentos no Brasil, mas vem também com sinalização para o futuro. No Brasil, nós estamos sem política desde o fim dos anos 70.



“É FÁCIL EXCLUIR A POLÍTICA QUANDO SE TEM A METRALHADORA NA MÃO, COMO O PINOCHET.”

(senador José Fogaça, do PMDB-RS.)



“SEM MODERNIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO A INDÚSTRIA FICARÁ ESTAGNADA. PORQUE A CRIAÇÃO DEPENDE DE LIBERDADE — LIBERDADE PARA TODOS.”

(deputado Eduardo Jorge, do PT paulista.)



“AS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA SÃO COMPLEXAS. NÃO SE CONFIGURAM COMO EXEMPLO PARA O PAÍS.”

(deputado Fábio Meirelles, do PDS paulista.)